

# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.10 JUL / AGO '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00



## CAPITALISMO MATA

**EXIGIMOS:**

**CONTROLO PÚBLICO  
DO SIRESP**

**REACTIVAÇÃO DOS  
SERVIÇOS FLORESTAIS**

**REFORMA FLORESTAL**

**POR OUTRA LEI DA  
NACIONALIDADE P4**

**PORQUE ARDE  
PORTUGAL? P6**

**REVOLUCIONÁRIOS E  
ORGANIZAÇÃO P8**



## O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização marxista internacional fundada em 1974 e que se encontra hoje presente em mais de 45 países. Lutamos contra a exploração capitalista, lado-a-lado com os trabalhadores, integrando as suas organizações e partidos nacionais, fomentando nessas estruturas o debate e a democracia interna.

Hoje, depois da traição dos partidos da velha social-democracia, entendemos ser necessária a formação de novos partidos de massas que representem os interesses dos trabalhadores. É nesse sentido que temos trabalhado e alcançado importantes vitórias, por exemplo, na Irlanda — com o movimento contra as taxas da água — nos EUA — radicalizando os trabalhadores galvanizados pela campanha de Bernie Sanders — ou na África do Sul — entre os mineiros da NUMSA.

Em Portugal, além de propagar as ideias marxistas, intervimos igualmente nas lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, incentivando o debate entre os militantes anti-capitalistas, batendo-nos pela construção de um instrumento político que defenda os interesses dos trabalhadores e seja controlado pelos trabalhadores.

Reunimo-nos semanalmente em Lisboa e Coimbra. Se te interessas pelas nossas ideias e queres discutir connosco, contacta-nos

*Se desejas assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email*

[socialismohoje.wordpress.com](http://socialismohoje.wordpress.com)  
[socialismo.revolucionario.cit@gmail.com](mailto:socialismo.revolucionario.cit@gmail.com)  
 96 959 02 08

## CORBYN E MÉLENCHON, O SOCIALISMO DE VOLTA AO VELHO CONTINENTE

### Editorial

As últimas eleições presidenciais em França e as recentes eleições gerais no Reino Unido são eventos fundamentais para analisar a actual situação política na Europa e para pensar, em particular, Portugal no contexto europeu.

O Partido Trabalhista no Reino Unido, sob a liderança de Jeremy Corbyn e apresentando-se a 8 de Junho com um programa anti-austeritário, teve o maior aumento de votos entre eleições desde há mais de 50 anos. No manifesto apresentado para estas eleições estavam reivindicações como o aumento do salário mínimo, a abolição das propinas, o controlo de rendas e a construção de habitação social. A juventude britânica viu nestes pontos de programa respostas para o seu presente e futuro, o que explica o aumento de cerca de 30% de participação nas urnas nesta faixa etária. No total do voto popular, verificou-se um aumento de 3,5 milhões

A projecção do Partido Conservador e da burguesia de que seria possível reforçar a liderança de Theresa May e do seu programa de austeridade através da antecipação das eleições gerais — e, desta forma, des-

credibilizar Jeremy Corbyn e o que este representa para a classe trabalhadora — revelou-se patética. Depois de uma vitória do Brexit, os jovens e trabalhadores voltaram a manifestar a sua revolta face a uma situação de precariedade, de crise de habitação, de desmantelamento do sistema educativo e do sistema nacional de saúde (NHS).

Em França, Jean-Luc Mélenchon, apoiado pelo movimento ‘França Insubmissa’ e representando um programa que incluiu a subida do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, a redução da idade da reforma ou o aumento dos impostos sobre os rendimentos dos mais ricos do país, atingiu 19% dos votos totais contabilizados na primeira volta das eleições presidenciais do dia 23 de Abril e moveu milhares de jovens para os seus comícios. Em contraste, um dos principais partidos do *establishment* da política francesa, o Partido Socialista, ficou reduzido a 6% dos votos.

Num período de particular repressão por parte do Estado francês, que tem mantido desde Novembro de 2015 o estado de emergência, e após uma onda de greves e manifestações de massas contra a aplicação de uma lei de trabalho que visava ainda mais a precarização do trabalho, — e em paralelo

com o sucedido em Inglaterra — uma parte significativa da classe trabalhadora e dos jovens radicalizada foi mobilizada por um programa eleitoral que rompe com a austeridade e com as estruturas da classe dominante que a defende.

O CIT apoiou e organizou as campanhas de Corbyn e Mélenchon nas respectivas secções nacionais, combatendo o boicote da burguesia e dos principais meios de comunicação que a representam, mas não deixando de apontar as insuficiências das suas candidaturas.

No Reino Unido, frisámos a necessidade de ruptura com a ala direita pró-capitalista que dirigiu o Partido Trabalhista durante décadas — um partido que começou como um projecto de sindicalistas, socialistas, mulheres activas na luta pelo direito de voto e movimentos cooperativistas de trabalhadores. Manifestámos ainda a nossa preocupação face a algumas cedências de Corbyn a esta ala: um compromisso à renovação do programa nuclear Trident; uma posição inflexível relativamente à questão nacional da Escócia, não apoiando a auto-determinação nacional, cujo apoio tem aumentado entre jovens e trabalhadores radicalizados nos últimos anos com a intensificação da



Comício da ‘França Insubmissa’ em Fevereiro, perto de Lyon. Foto de Jean-Phillipe Ksiazek AFP/Getty Images

austeridade; a insuficiência relativamente à reversão dos cortes na segurança social.

Em França, a divisão da esquerda no processo eleitoral impediu um resultado ainda mais significativo de Mélenchon e uma possibilidade de disputa na segunda volta. Outro factor que preveniu uma vitória de Mélenchon foi o carácter da mobilização para a sua campanha, que, sob a sua direcção, foi impedida de se transformar numa estrutura política forte e coesa, um novo e tão necessário partido dos trabalhadores.

É ainda importante afirmar que ambos os programas, de Corbyn e Mélenchon, não revelam a necessidade de ruptura com o sistema capitalista para implementar as medidas que mais apelam e mobilizam os eleitores trabalhadores e jovens; não apontam a decisiva via revolucionária que permite de facto responder aos anseios dos explorados e oprimidos. Sem uma economia planificada, gerida e controlada pela maioria e segundo os seus interesses, não será possível satisfazer as necessidades de educação, saúde e habitação da maior parte da população.

Também em Espanha assistimos a alguns eventos significativos para a luta dos trabalhadores, com a vitória de Pedro Sánchez nas primárias do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE) em que 80% dos membros manifestaram a sua preferência por um “projecto de esquerdas e autónomo do

PP”, e com a mobilização de dezenas de milhares em Madrid pelo Unidos Podemos contra o actual governo de Rajoy e do PP. Também recentemente assistimos a vitórias do Sindicato de Estudantes, organização de estudantes liderada pela Izquierda Revolucionaria, contra as reformas estudantis que remontam aos anos da ditadura franquista e que implicam uma perda de direitos democráticos.

O panorama em Portugal é de uma frente popular em que BE e PCP sustentam um programa de austeridade do PS, contribuindo para uma subida dos resultados eleitorais deste último por não se afirmarem como uma real alternativa perante os jovens e trabalhadores. Enquanto assistimos ao declínio dos partidos da tradicional social democracia, hoje partidos burgueses e que aplicam as medidas de austeridade, criam o desemprego, empobrecimento e precariedade na Europa, o PS mantém-se uma das principais forças políticas em Portugal.

Isto deve-se à actividade do BE e PCP no parlamento (que permanece o principal foco de acção), nos sindicatos, nos movimentos sociais ou na rua (sempre subjugados à acção parlamentar) que não aponta para uma mobilização em massa capaz de pressionar o governo de António Costa a implementar importantes medidas para a qualidade de vida da maioria — como é o caso do au-

mento imediato do salário mínimo para os 600€, jornada de trabalho de 35 horas para todos ou da abolição das propinas. Apesar dos milhares de jovens que procuraram na aproximação aos partidos de esquerda ferramentas para a transformação do mundo nos últimos anos, as suas direcções foram incapazes de os organizar e liderar nesse sentido, não os integrando em estruturas internas democráticas nem reforçando organizações estudantis e de trabalhadores construídas sob uma estrutura e um programa que permitiriam criar as condições para um enraizamento nos locais de estudo e de trabalho, coordenados nacionalmente, e para o alcance de vitórias significativas.

Desde 2015 que um dos dois grandes partidos da classe dominante [PS] se encontra numa posição de tremenda fragilidade e temos por isso uma oportunidade para arrancar concessões das suas mãos e conseguir vitórias urgentes para os trabalhadores e jovens. Os exemplos de força e mobilização da classe trabalhadora e da juventude em França, no Reino Unido ou em Espanha trazem lições valiosas para o actual momento no país, mas essa oportunidade não se estenderá para sempre. O preço que o BE e o PCP pagarão se a desperdiçarem resta por conhecer, mas não será baixo. Nós, os trabalhadores e os oprimidos, todos os dias o pagamos.

# POR OUTRA LEI DA NACIONALIDADE



Protesto dia 12 de Junho "Quem Nasce em Portugal é Português". Foto de Sofia Yala

Sophie e K. João

## DO *JUS SOLI* AO *JUS SANGUINIS*

Até 3 de Outubro de 1981, o princípio básico da Lei Portuguesa da Nacionalidade aplicava o *Jus soli*, ou seja, tinham direito à nacionalidade portuguesa todos os sujeitos nascidos em solo português e respectivos territórios ultramarinos. No entanto, a partir de 1981, entra em vigor a nova lei da nacionalidade nº 37/81 que passa a consagrar o princípio do *Jus sanguinis*, referindo-se ao direito de sangue que faz com que a nacionalidade de um indivíduo esteja dependente da dos seus antepassados.

Esta alteração deveu-se à necessidade de restringir e controlar os fluxos migratórios das ex-colónias que então se fazia sentir, uma medida que vinha na sequência das tendências contra-revolucionárias que atingiram o seu auge nos anos 80, pondo por terra os direitos consagrados com a revolução de 74. Com esta mudança na lei, que procurava condicionar a circulação dos imigrantes e a integração dos já aqui estabelecidos, muitas pessoas das ex-colónias residentes em Portugal mantiveram a nacionalidade, enquanto que outros perderam-na, contribuindo assim para a criação de toda uma geração de apátridas e indivíduos sem documentação. Desde o ano em que entrou em vigor, esta

lei já sofreu 9 alterações (10 com a promulgação do decreto-lei 71/2017 no passado dia 2), no entanto o *Jus sanguinis* prevalece até aos dias hoje.

Actualmente, pelas mais diversas razões, filhos de imigrantes deparam-se com problemas provenientes da negação do direito à nacionalidade, mesmo nascendo em território português. O próprio requerimento de nacionalidade tem actualmente custos bastante elevados: são exigidos 200€ para dar início ao processo, aos quais se somam encargos extra, como por exemplo o exame de português que custa 70€. A necessidade de haver uma prova de língua portuguesa, até para imigrantes de países de língua oficial portuguesa, é problemático. A fluência da língua deve ser um direito, materializado por um ensino público de qualidade e gratuito, e nunca um dever, uma barreira, já que esta não existe para os filhos de portugueses.

Este tipo de valores impossibilita os trabalhadores imigrantes — muitos dos quais se encontram em condições precárias onde apenas ganham o ordenado mínimo ou frequentemente menos — de avançarem com o processo. São mantidos, por isso, numa situação de "ilegalidade", originando todo o tipo de discriminações relacionadas com direitos sociais, quer seja no trabalho — muitos trabalhadores não têm direito a subsídios nem a segurança social, traba-

lham horas excessivas sem direito a folgas ou feriados — como na educação, visto que certas escolas não aceitam alunos sem comprovativo de residência. Sem nacionalidade o trabalhador não pode, por muito que seja esse o seu desejo, integrar-se politicamente quer em partidos, quer em sindicatos. Nesta situação vimos uma fatia considerável de trabalhadores isolados da luta que lhes concerne, sem instrumentos de reivindicação ao seu dispor. A nível da saúde, segundo a legislação em vigor, os cidadãos estrangeiros que não têm autorização de residência ou de permanência, ou sem visto de trabalho, têm acesso aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tal como qualquer outro cidadão. A grande questão é se estas famílias têm ou não capacidade económica para suportar os custos de saúde, ditos básicos, como acesso a dentista, médico de família, plano nacional de vacinação, etc. Todos estes direitos que muitas pessoas não têm, deveriam ser considerados direitos fundamentais e indispensáveis, que melhoram a qualidade de vida de uma vasta camada da população e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

## DEBATE E MUDANÇAS À LEI

Recentemente, PSD, BE, PCP e PS apresentaram propostas de alteração relativamente à lei. O PSD propõe o alargamento do *Jus sanguinis* para os netos de emigrantes nascidos no estrangeiro, mesmo que estes não tenham qualquer tipo de vínculo com o país. Por outro lado, o BE faz uma proposta para alargar o princípio de *Jus soli*, propondo, assim, que todos aqueles que nasçam em Portugal tenham acesso à nacionalidade e, logo, plenos direitos enquanto cidadãos portugueses. O PCP sugere mudanças legislativas à norma estabelecida em 2006, limitando-se a reconhecer a nacionalidade a pessoas nascidas em Portugal, em que um dos progenitores comprove a sua residência no país, mantendo estas pessoas à mercê das barreiras económicas e burocráticas acima descritas. Por fim, o PS pretende somente reduzir a duração de residência requerida a

pelo menos um dos pais para que os filhos possam obter a nacionalidade ao nascer em solo português de 5 para 2 anos.

## UMA QUESTÃO DE CLASSE

O direito à nacionalidade, enquanto direito social, deve ser enquadrado numa perspectiva de classe. A separação entre trabalhadores portugueses e trabalhadores imigrantes só serve para nos dividir. A classe dominante desloca o foco do conflito entre capital/trabalho para um conflito intra classe, entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, para melhor nos explorar. Discriminação no local de trabalho, precariedade e abusos de autoridade são algumas das situações recorrentes. O trabalhador imigrante está, assim, mais exposto a abusos por parte dos patrões, sendo usado como força de trabalho barata e precária. As condições dos trabalhadores autóctones também são afectadas, pois a sua capacidade de resposta é mitigada quando a classe trabalhadora se encontra dividida em género, raça, nacionalidade, credo. Assim, o que na realidade deve ser construído é uma unidade de classe para combater a precariedade no trabalho e o seu verdadeiro opressor a fim de melhorar as nossas condições de vida, sempre reconhecendo que até a contradição entre capital/trabalho — de quem detém os meios de produção e de quem emprega a sua força de trabalho — ser resolvida, qualquer conquista é temporária.



Protesto dia 12 de Junho "Nacionalidade Já!". Foto de Sofia Yala



## CAMPANHA POR OUTRA LEI DA NACIONALIDADE

A campanha, que neste momento já junta quase 40 organizações, visa o alargamento do *Jus soli* para qualquer pessoa nascida em Portugal, com retroactividade para quem foi prejudicado pela mudança de lei em 1981, promovendo uma petição que será entregue para discussão na Assembleia da República. A Coordenadora da Campanha já se reuniu com os grupos parlamentares do PCP e do BE, que até à data mantinham uma posição recuada relativamente à proposta da campanha, estando o Bloco mais próximo das reivindicações apresentadas ao ser a única força parlamentar a defender o *Jus soli*. É palpável, cada vez mais, a pressão que os partidos têm sentido com esta campanha, originando mais discussões acerca da lei e tendo sido feitas novas propostas desde o aparecimento desta. No passado dia 12 de

Junho foram discutidas no Parlamento as propostas do PS e do PCP, ao mesmo tempo que decorria um protesto simbólico nas escadarias da Assembleia em conjunto com uma conferência de imprensa.

A recolha de assinaturas para a petição em curso tem-se caracterizado por um grande apoio à campanha, tanto por trabalhadores imigrantes como autóctones, que podem e devem ser mobilizados. Sabemos que a petição em si está longe de nos garantir a vitória, mas é uma excelente ferramenta para colocar a nossa proposta nas ruas, de forma contínua, possibilitando um contacto que permite ampliar o movimento que será necessário para vencermos. Desta luta não podemos arredar, cada passo dado é um golpe nos interesses do grande capital que vê a sua mina de trabalho barato cada vez mais consciente da sua condição.

Vemos, portanto, a entrega de assinaturas apontada para Outubro deste ano como um primeiro passo nesta luta. Os próximos passos terão de se focar no alargamento da própria campanha, em especial às principais organizações que se reivindicam do campo da esquerda e dos trabalhadores. Consideramos esta uma luta central para os trabalhadores e jovens em Portugal, capaz de criar pontes com um sector da classe, a imigrante, que tem sido negligenciada pela acção política do movimento socialista. A unidade de classe de que falámos é essencial para a luta de todos, ela pode e deve ser materializada nesta campanha, apontando à construção de um movimento de massas que force o actual governo a responder às justas aspirações à nacionalidade e à cidadania de milhares de trabalhadores e jovens que vivem em Portugal.

# É FOGO POSTO: INCÊNDIOS FLORESTAIS E CAPITALISMO

Ysmail X e Gonçalo Romeiro

Às 14h43 do dia 17 de Junho, um sábado, era dado o alerta de incêndio em Pedrógão Grande. Antes de ser travado, consumiria 53 mil hectares de floresta e faria mais de seis dezenas de vítimas mortais.

Colunistas de todos os jornais fizeram correr rios de tinta em análises e avaliações de todos os aspectos da tragédia. Opiniões e sentenças foram incessantemente reproduzidas. Entretanto, as redes sociais foram tomadas pelo tema e os trabalhadores de todo o país procuram entender o ocorrido em incontáveis conversas e discussões. O que não foi dito, nem pela direita, nem pelo governo, nem pelas direcções da esquerda, é que estes incêndios florestais são o subproduto do capitalismo.

A comunicação social, naquilo que já se tornou uma rotina de Verão, procurou imediatamente conquistar recordes de audiência explorando a tragédia com o máximo de sensacionalismo e o mínimo de conteúdo

realmente informativo. A propriedade privada dos jornais, rádio e televisão não serve senão para gerar lucro, e perante as maiores calamidades, os capitalistas são capazes apenas de perguntar-se como será possível fazer algum dinheiro.

Mas o capital que faz da informação um negócio vai mais longe, bate-se pela defesa dos interesses da burguesia enquanto classe, pela sacralização do direito à propriedade privada e ao lucro. Assim se explica como o mais mortal incêndio florestal da história do país tenha sido inicialmente retratado como um “acidente” com “causas naturais”, resultante estritamente de “condições climáticas hostis” e de uma grande “imprevisibilidade”.

As condições climáticas extremas — consequência do aquecimento global — são apenas uma pequena parte da questão. Fundamentalmente, este é um problema de economia política e, por isso mesmo, além de responsáveis de carne e osso, o próprio sistema é responsável. Assim se explica que António Costa tenha insistido em falar na

“unidade nacional” face à “tragédia” e Marcelo Rebelo de Sousa, chorando tão bem quanto pode as suas lágrimas de crocodilo, se tenha atrevido a dizer, menos de 24 horas após o início do incêndio, que “não era possível fazer mais.”

Na verdade, ficou quase tudo por fazer. O Primeiro Ministro e o Presidente da República sabem-no e mentem para defender o capital.

## GESTÃO CAPITALISTA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) é uma parceria público-privada com um consórcio de empresas (PT, Motorola, Esegur do Grupo Espírito Santo e liderado pela Sociedade Lusa de Negócios), assinada em 2005, pelo ministro da Administração Interna Daniel Sanches, que saiu directamente da administração da SLN para o governo de Santana Lopes (PSD-CDS), que acabava de perder as eleições legislativas e, portanto, se encontrava em gestão, com um custo total de 540 milhões de euros. Este consórcio foi o único concorrente ao concurso “público”.

Já em 2006, depois de toda a burocracia estatal dar a luz verde, é o então novo ministro da Administração Interna, António Costa, que negocia, com o mesmo consórcio,

um contrato que, segundo a própria Inspeção Geral das Finanças, não tinha validade legal tal como assinado por Sanches. Disse Costa na altura: “O SIRESP assegura comunicações móveis de elevada qualidade a estes operadores, bem como a possibilidade de todos comunicarem entre si, o que é decisivo em termos operacionais e não é assegurado pelos actuais sistemas de rádio”. Seria “uma pequena revolução na segurança interna”. O custo total “baixou” para os 485,5 milhões de euros mas, um estudo de 2001 liderado por Almiro de Oliveira, especialista em sistemas de tecnologias da informação, projectou um SIRESP que, segundo o próprio, não difere fundamentalmente do actual, a não ser no facto de custar apenas um quinto do valor negociado por Costa. Portanto, não se trata de “falha de gestão”. Tudo faz sentido de um ponto de vista burguês, como provam os 10.875 milhões de euros de dividendos distribuídos em 2016 aos accionistas do SIRESP, um dia após a falência do seu maior accionista à data, a sociedade Galilei.

Claramente, a segurança pública era a última preocupação dos vários governos capitalistas que pariram este negócio de milhões. Pior, as mesmíssimas qualidades revolucionárias que António Costa gabava ao sistema foram aquelas que contribuíram para a morte de 64 pessoas.

Ao longo das últimas três décadas foi sendo dissolvida quase toda a estrutura pública de protecção das florestas, incluindo a supressão do Corpo Nacional de Guardas Florestais — novamente por António Costa. O investimento público nestas estruturas é marcadamente insuficiente, com os bombeiros mal equipados e mal-pagos, além de dependentes de um gigantesco corpo de voluntários por todo o país.

Mesmo depois da tragédia, o governo pretende manter o SIRESP sob controlo privado a todo o custo. A nacionalização e o controlo democrático de um sistema de emergência e segurança nacional é assunto tabu: não se questiona o capital!

## O MODO DE PRODUÇÃO

A principal força por detrás destes incêndios, portanto, é o modo de produção. A

propriedade privada da terra correspondente a mais de 85% da floresta portuguesa, o que implica a ausência total de planificação da produção e da segurança, a negligência extrema de todos os aspectos do território que não sirvam o lucro. Os pequenos proprietários das terras (na sua esmagadora maioria propriedades com menos de 5 hectares) são forçados, pela legislação, e especialmente a Política Agrícola Comum (PAC) que é imposta pela União Europeia, a render-se à monocultura do eucalipto para vender a madeira, a baixo preço, aos grandes beneficiários de todo este processo: os capitalistas da indústria papelreira.

Assim se explica o processo de transformação de Portugal no país europeu com a maior área plantada de *Eucalyptus globulus* — 812 mil hectares

—, apesar de este se tratar de um dos mais pequenos países da Europa. Em termos relativos, Portugal detém mesmo o recorde mundial de área plantada desta espécie, com 8,8% do território nacional completamente entupido por eucaliptos, ou seja, 26,6% da área florestal do país coberta de uma das espécies de árvore mais inflamáveis.

A isto vêm juntar-se os problema das condições climáticas muito mais propícias a incêndios e do abandono das populações envelhecidas pelo processo de êxodo rural, sem acesso às mais elementares estruturas de serviços públicos de saúde, educação, transportes ou, como tão tragicamente ficou provado neste caso em particular, emergências e socorro. De facto, é isto que explica como uma grande parte das propriedades está hoje abandonada.

O que temos, em suma, é uma combinação mortal de fenómenos gerados pelo movimento do capitalismo: a propriedade privada da terra, a fragmentação dessa propriedade através do regime de herança, a divisão internacional do trabalho que atribui a Portugal o lugar de produtor de papel, a busca cega pela acumulação de capital através de monopólios garantidos pelo Estado, o aquecimento global e consequentes fenómenos climáticos extremos, a austeri-

dade, a pauperização e a desertificação das regiões rurais. Eis, sucintamente, as bases económicas e políticas dos incêndios anuais que sofremos.

## UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA A FLORESTA

Novas tragédias são inevitáveis em capitalismo, não só nas zonas rurais e desprezadas pelo Estado, mas também nos centros urbanos. O recente incêndio de Grenfell Tower, a torre de apartamentos em Londres, é outra horrenda demonstração deste facto. Tudo o que o capitalismo tem para os trabalhadores, para os jovens e para os camponeses é a pobreza e a morte. Ainda em Abril

**Mesmo depois da tragédia, o governo pretende manter o SIRESP sob controlo privado a todo o custo.**

deste ano o Ministério da Agricultura, pressionado pela indústria papelreira, garantia o apoio ao sector através de fundos públicos, nacionais e comunitários, destinados à exploração florestal.

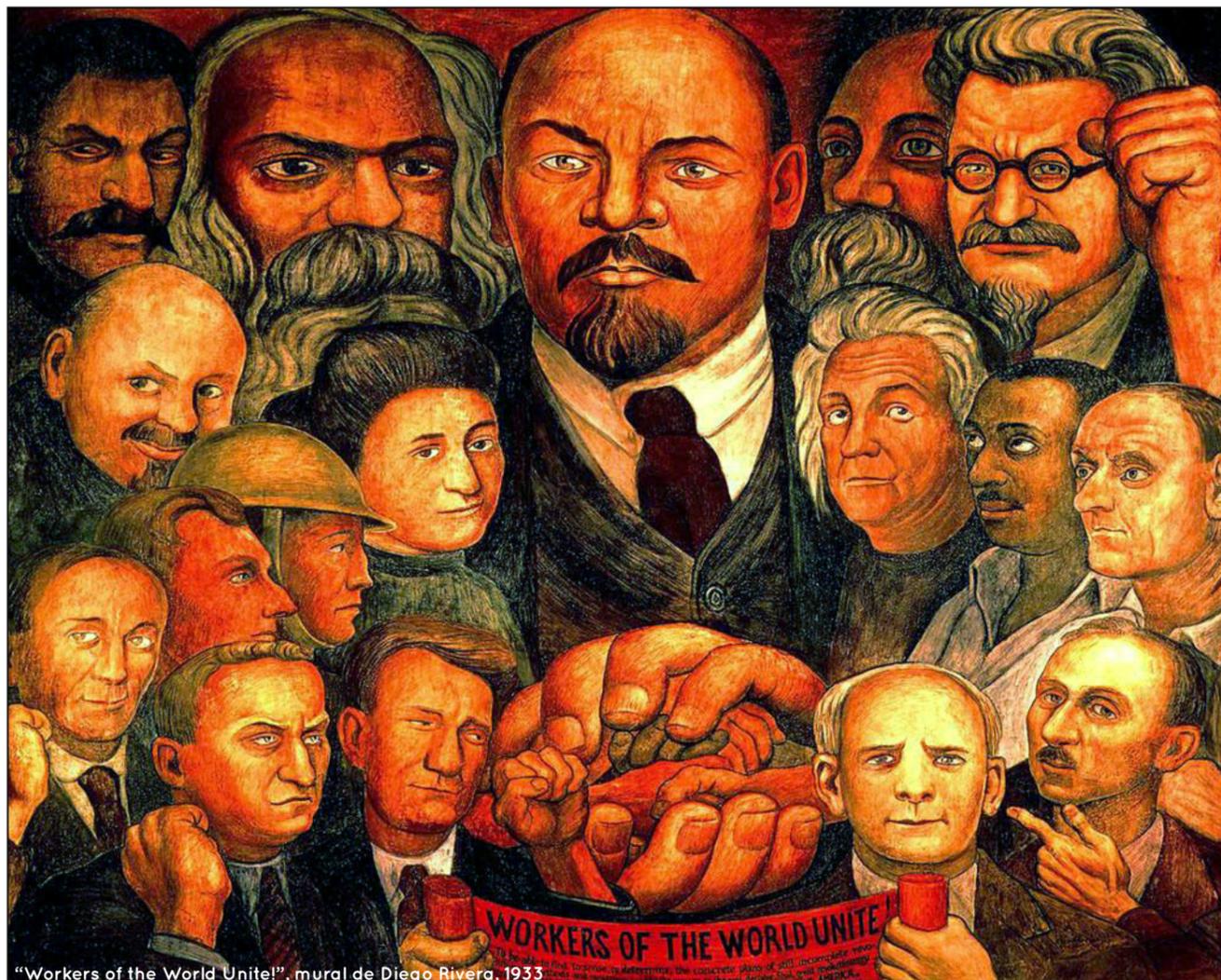
Se considerarmos que, de acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o pinheiro bravo e o eucalipto representam, de longe, as espécies mais afectadas por incêndios florestais, 74% da floresta ardida entre 2006 e 2015, é impossível pensar numa solução sem uma transformação na indústria do papel. Este sector é o segundo maior exportador nacional, faturando mais de 1,5 mil milhões anualmente.

É urgente nacionalizar, sob gestão dos próprios trabalhadores, este sector-chave, colocando os seus recursos ao serviço da maioria através da planificação democrática da floresta. Sem esquecer os pequenos proprietários que devem ser plenamente indemnizados, e os pequenos produtores apoiados por uma banca nacionalizada que os livre do garrote da grande indústria e das restrições da UE.

Finalmente, é preciso acabar com a gestão privada dos serviços públicos e de emergência. O SIRESP deve ser nacionalizado e gerido democraticamente, o corpo nacional de bombeiros profissionalizado e o Corpo Nacional de Guardas Florestais reactivado sob controlo democrático.



Carros ficaram encurralados pelo fumo e chamas no Pedrógão Grande. Foto de Rafael Marchante/Reuters



“Workers of the World Unite!”, mural de Diego Rivera, 1933

## OS REVOLUCIONÁRIOS E A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO — PRIMEIRA PARTE

João Gorizia e Ysmail X

**D**errotar o capitalismo é impossível sem uma organização revolucionária. Entre os detractores desta posição distinguem-se pelo menos dois grupos: o daqueles que acreditam que o partido revolucionário, organizado nos moldes de Lenin, está ultrapassado; e o daqueles que identificam o leninismo com o estalinismo ou o “capitalismo de Estado” e, portanto, se opõem às organizações revolucionárias como embriões de “totalitarismo”. Neste artigo fazemos uma crítica do primeiro grupo, aquele que, reconhecendo a utilidade da teoria leninista do partido para o início do séc. XX, a declara inútil no séc. XXI. Um segundo artigo tratará do segundo grupo.

### O NOSSO PERÍODO HISTÓRICO

É necessário desde logo afastar o principal dos falsos argumentos lançados contra as organizações revolucionárias marxistas: o argu-

mento do tempo.

Toda a teoria social é um produto histórico e, como tal, será ultrapassada. Reconhecer isto é, na verdade, concordar com o marxismo. Trata-se, então, de determinar se o momento actual difere *qualitativamente* das restantes fases de desenvolvimento do capitalismo, e se essa diferença exige uma nova teoria do partido. Declarar pura e simplesmente que passou um século desde a Revolução Russa, como repete *ad nauseam* a mais moderna esquerda, é um subterfúgio.

Caracterizemos, então, o nosso período histórico. Cremos estar longe de polémicas de maior se afirmarmos que este período é, fundamentalmente, marcado por três acontecimentos.

O primeiro é a crise capitalista que fecha o período que nos precedeu, o do pós-guerra. Esta crise rebenta em 1973, e com ela a burguesia entra numa desesperada tentativa de repôr as taxas de lucro do período anterior. O neoliberalismo e a financeirização da economia, sobretudo nos países imperialistas, não é senão a solução burguesa para a crise do modo de produção. Infames governos como o de

Thatcher, no Reino Unido, ou Reagan, nos EUA, atacaram brutalmente as organizações de trabalhadores e entregaram ao capital tanta propriedade estatal quanto foi possível.

O segundo é a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de quase todo o chamado Bloco Socialista. A derrota histórica do estalinismo arrastou-se pela década de 1980 do século passado, com o atrofio económico e a dependência externa a que as burocracias dos Partidos Comunistas entregaram os Estados operários. A restauração capitalista — um desfecho que Trotsky previra como única possibilidade histórica no caso da manutenção das burocracias no poder de Estado — deu-se completamente em 1991. Todas as tentativas de revolução política nos Estados operários burocraticamente degenerados tinham falhado. A Rússia, o maior e mais desenvolvido país do “Bloco”, passou pela completa e violenta destruição de qualquer vestígio, por mais pequeno que fosse, da economia planificada. Os estalinistas russos revelaram-se excelentes aprendizes de neoliberalismo.

O terceiro é um processo que subjaz aos dois eventos anteriores, uma reorganização da divisão internacional do trabalho, com uma nova fase de exportação de capital imperialista para países neocoloniais. A este processo não pode ser atribuída uma data tão circunscrita como um ano, mas será suficiente dizer que ele se desenrola como corolário do crescimento pós-guerra, e toma forma precisamente durante esse período. Toda a indústria que requeria um trabalho menos especializado foi sistematicamente empurrada para o mundo neocolonial, onde a força de trabalho era mais barata, muito menos organizada e por isso muito mais facilmente reprimida pelos Estados. Na Europa e nos EUA, a economia tornou-se crescentemente — nos termos dos economistas burgueses — uma “economia de serviços”, o que significou uma maior fragmentação da classe trabalhadora, com o crescimento veloz de um sector onde os trabalhadores estavam ainda completamente desorganizados.

Estes três acontecimentos inauguraram o nosso período histórico. As direcções social-democratas da classe trabalhadora, educadas na escola de Attlee<sup>1</sup> e da conciliação de classes, não estavam preparadas para esta transformação. Toda a teoria que apoiava as suas políticas dependia do crescimento económico — do aumento da taxa de lucro —, assentava numa pretensa crítica keynesiana de Marx e declarava este último ultrapassado, especialmente na sua teoria das crises. Vendo o consenso do pós-guerra dar lugar ao consenso de Washington, a social-democracia não teve resposta. Nenhum acordo de cavalheiros era possível, nenhuma concessão era aceite pelo capital. A burguesia mudou a sua táctica, abdicando da paz social para salvar a taxa de lucro. Sector a sector, sindicato a sindicato, todas e cada uma das organizações operárias que ousaram resistir foram atacadas frontalmente, e esmagadas.

<sup>1</sup> Clement Attlee foi o dirigente do Labour Party e Primeiro Ministro do Reino Unido nos anos imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial, tendo ganho as eleições contra Winston Churchill. O seu governo social-democrata aplicou uma série de reformas com vista ao pleno emprego, criou o Serviço Nacional de Saúde britânico, nacionalizou uma série de indústrias e, com efeito, praticou uma série de políticas keynesianas para desenvolver as forças produtivas do Reino Unido sem jamais colocar em causa o modo de produção capitalista.

O que restava do mundo colonial, após todas as vidas sacrificadas pela sua libertação do colonialismo, não passou senão a mundo neocolonial. Os draconianos programas do FMI asfixiaram as economias nascentes com o laço da dívida externa. Os trabalhadores dos países independentes em África juntam-se aos seus irmãos latino-americanos na condição de total dependência económica sob um verniz de independência política. Mesmo a República Popular da China abriu as portas ao capital imperialista, com uma metamorfose do Partido Comunista Chinês que consiste numa restauração capitalista a passo de caracol.

O capitalismo emergiu do séc. XX alegando ser não só o vencedor sobre o socialismo, mas também o derradeiro modo de produção. A partir dos EUA, Fukuyama, uma das mais claras vozes do capital, declarou o “fim da História”. Mundialmente, as organizações de trabalhadores diminuíram significativamente em número e capacidade reivindicativa. As direcções burocráticas e oportunistas das organizações de trabalhadores despiram a sua capa social-democrata e entregaram-se ao social-liberalismo. Com as bases enfraquecidas e desmoralizadas, as direcções dos tradicionais partidos reformistas — representados em Portugal pelo Partido Socialista — assumiram abertamente o seu carácter burguês. O exemplo mais ilustrativo é o do *Labour Party* (Partido Trabalhista). O partido de Clement Attlee no período pós-guerra tornou-se o partido de Tony Blair no período pós-crise. *Labour* deu lugar a “*New Labour*”, com uma revisão dos estatutos a neutralizar a influência dos sindicatos sobre o partido e a codificar o abandono de qualquer pretensão ao socialismo.

Os estalinistas, onde as suas organizações sobreviveram, não puderam tampouco sair ilesos. Após a completa consolidação de poder da burocracia na URSS — marcada pelo 7º Congresso da Comintern (Terceira Internacional) —, a única função que os partidos “comunistas” desempenharam durante todo o século foi a de satélite do Kremlin. Defenderam os interesses da burocracia russa como embaixadores e negociadores perante as burguesias dos seus respectivos países, organizando as derrotas de todas as revoluções que conseguiram dirigir — a Revolução Espanhola é o mais flagrante exemplo, mas o séc. XX está pejado de semelhantes derrotas organizadas pelo estalinismo. Órfãos depois de 1991, os partidos estalinistas apressaram-se a ocupar o lugar que a social-democracia vagara. Tal como a original social-democracia, esta versão contrafeita serve essencialmente para fazer funcionar aparelhos partidários dirigidos por castas parasitárias de oportunistas que, colocados entre os patrões e os trabalhadores, se arvoram intermediários da luta de classes.

A nova social-democracia difere fundamentalmente da sua sucessora em dois aspectos, contudo. Primeiro, por não se apoiar verdadeiramente num vasto movimento operário — que recuou drasticamente — mas, acima de tudo, no funcionalismo público e em sectores altamente especializados e qualificados do proletariado. Em segundo lugar, por, tragicamente, operar num período de putrefacção do capitalismo que limita brutalmente as possibilidades de negociação com a burguesia. Não é espantoso que os sindicatos, sob as direcções da pseudo-social-democracia, se tenham tornado autênticos prestadores de serviços, substituindo a lógica combativa e solidária do sindicalismo de classe pelo assistencialismo e pela “ajuda jurídica”.

A tentativa de substituição da social-democracia, no entanto, não foi totalmente bem sucedida. A queda da URSS significou uma profunda descredibilização dos partidos estalinistas entre os trabalhadores, e o assento onde anteriormente repousara o traseiro da social-democracia europeia não conseguiu ser completamente tomado pelo frágil e raquítico corpo das burocracias vermelhas pós-URSS. Entre as lamúrias e as pragas dos estalinistas, surgiram, o mais das vezes a partir de correntes minoritárias que outrora se reclamavam maoístas ou trotskistas, novos partidos de esquerda.

Entre as principais características destas novas formações políticas encontramos a volatilidade programática e estrutural — quando não uma quase ausência de estrutura — com a decorrente ausência de democracia interna. São partidos sem ligações sindicais ou a quaisquer organizações de trabalhadores, mas que criam e dissolvem dezenas de “movimentos sociais” no espaço de poucos anos. São, por isso mesmo, também caracterizados pelo parlamentarismo e pelo abandono ou rebaixamento de toda a experiência histórica do movimento operário. Não surpreendentemente, rejeitam uma abordagem de classe e procuram obstinadamente um apoio transclassista que nunca alcançam. Nada disto é impressionante se, por fim, tivermos em conta uma característica fundamental: a composição de classe das direcções destes partidos. As suas direcções são esmagadoramente pequeno-burguesas — com forte presença de académicos. Assim se explica a sua altíssima sensibilidade e atenção à última estirpe de liberalismo regurgitada pela cátedra.

Em suma, a combinação da resposta neoliberal à crise estrutural do capitalismo após uma fase de crescimento pós-guerra, a queda da URSS (assim como das restantes economias planificadas) e a reorganização da divisão internacional do trabalho com uma gigantesca exportação de capital industrial para o mundo neocolonial resultaram num recuo sem precedentes do movimento operário internacional, na viragem dos partidos social-democratas à direita, na substituição destes por decadentes organizações estalinistas e no surgimento de novas formações de esquerda que ocuparam o vácuo político restante.

### AS TAREFAS DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Segundo Lenin e Trotsky, o partido marxista revolucionário serve propósitos históricos bem determinados. É, no advento de uma situação revolucionária, a única organização capaz de armar a classe trabalhadora com um programa socialista claro para a tomada do poder, sem o qual ela será esmagada pela reacção burguesa. E uma situação revolucionária, como é sabido, depende de uma crise económica — ainda que não seja mecanicamente provocada por ela.

Ora, se algo está bem assente depois de 1973 e das subsequentes crises, é que o capitalismo continuará a ter crises cíclicas. A lei geral da acumulação capitalista, com todas as contradições que Marx lhe diagnosticou na sua obra, mantém-se inalterada. Novas explosões sociais, como o primeiro par de décadas deste século já demonstrou sobejamente, são inevitáveis. E esta é a questão fundamental.

As restantes diferenças, que perante aquela semelhança só podem ser consideradas superficiais, não só não invalidam de forma alguma a teoria leninista do partido revolucionário como, muito pelo con-

trário, reforçam-na.

A fragmentação e desorganização em que se encontra a classe trabalhadora, na fase imperialista do capitalismo, torna a luta económica, *per se*, completamente estéril. Nestas condições, a construção da organização revolucionária é mais difícil do que fora nas economias europeias industriais do séc. XX, mas, na mesma medida, a sua existência é mais determinante para o desenvolvimento da luta de classes.

A organização de trabalhadores numa “economia de serviços” com enorme concentração de capital, sob brutal precariedade e em locais de trabalho que reduzem ao mínimo o contacto entre trabalhadores, depende de uma organização política e não apenas económica. Os trabalhadores, na luta pela melhoria das suas condições de vida, chocam imediatamente com o Estado burguês. O papel que Lenin atribuiu ao partido marxista em *O que fazer?* — o de unir e elevar as lutas económicas numa grande luta política contra o Estado burguês — é hoje a *única* forma de conseguir qualquer avanço social mesmo nos países imperialistas.

A experiência da sindicalização de trabalhadores de *call center*, que a par do turismo, em Portugal, está a tomar o lugar das fábricas, demonstra precisamente isto. Não teria sido possível erigir um sindicato ou uma comissão de trabalhadores somente a partir de um local de trabalho e confinada à luta contra os seus respectivos patrões. Até o recrutamento de trabalhadores de uma dada empresa para o sindicato tem de ser feito por trabalhadores de uma segunda empresa, sob pena de despedimento imediato. Todos os desafios actuais empurram os trabalhadores para as formas mais avançadas de organização.

Mesmo o carácter das direcções de esquerda, acima exposto em traços gerais, aponta para outra tarefa fundamental da organização revolucionária e confere-lhe redobrada relevância: o de se constituir enquanto memória histórica da classe trabalhadora contra o rebaixamento da aprendizagem que nos legaram as gerações passadas de trabalhadores. As experiências históricas do movimento operário e socialista do séc. XX, desde a Revolução Russa à Revolução Portuguesa, estariam esquecidas ou enterradas sob uma montanha de historiografia revisionista e infundáveis *rebrandings* do liberalismo sem o titânico esforço de preservação da memória que foi levada a cabo por revolucionários marxistas de todos os países.

A última grande tarefa que devemos sublinhar foi igualmente apontada por Lenin e Trotsky, ainda que muitas vezes seja esquecida por aqueles que se reclamam leninistas. Falamos da construção de partidos operários de massas como os da Segunda e Terceira Internacionais os conheceram.

### A DUPLA TAREFA DOS REVOLUCIONÁRIOS

Aquilo a que chamamos a dupla tarefa dos revolucionários no período actual é, sucintamente, a formação do núcleo de revolucionários organizados em simultâneo com a construção do partido de massas.

Esta necessidade advém da impossibilidade de organizar uma suficiente parte da classe trabalhadora contra o Estado burguês, *i.e.*, na luta política, sem um instrumento político de proporções adequadas.



Congresso do Militant, precursor do Socialist Party — CIT em Inglaterra e Gales, em 1988

Só com um partido de trabalhadores capaz de concentrar em si todas as tendências do movimento operário e uma maioria das organizações económicas da classe numa federação democrática podemos colocar seriamente a possibilidade de uma parte suficiente da classe trabalhadora ser ganha, no momento decisivo, para o programa revolucionário.

A concentração de trabalhadores numa mesma organização que lhes permita politizar-se e entrar em contacto com vários sectores e camadas da classe, no entanto, não surgirá com a facilidade que verificámos no século de Marx e Engels, o séc. XIX, quando os revolucionários tinham um forte movimento operário e socialista entre os quais trabalhavam como tendência e, durante um período, como direcção. Nem os estalinistas nem a nova esquerda procuram construir grandes partidos da classe trabalhadora. Pelo contrário, temem esse desenvolvimento.

Os primeiros, herdeiros do 7º Congresso da Comintern e da sua teoria das frentes populares, repetem chavões sobre o “povo” e uma grande aliança interclassista — com o proletariado, a pequena-burguesia e os “sectores não monopolistas” da burguesia. Isto paralisa-os, impede-os absolutamente de responder às necessidades dos trabalhadores — que chocam inevitavelmente com os dos patrões — e, por isso, impede-os de se desenvolverem como os partidos operários de massas. Olham com tremenda desconfiança para qualquer organização operária que demonstre combatividade e funcione democraticamente — fora do controlo das estruturas estalinistas — precisamente por verem nela um perigo mortal para o frágil statu quo sobre o qual equilibram as suas carreiras burocráticas.

Já a nova esquerda é encabeçada por direcções que olham para qualquer tipo de crescimento, organização e discussão nas bases dos partidos com um terror paranóico. O seu parlamentarismo é total. Aspiram a ter não uma base de militantes mas uma base de eleitores apenas. Aspiram, acima de tudo, a governar, a gerir o capitalismo e a

salvá-lo de si próprio — algo que Varoufakis, uma destacada figura da nova esquerda e ex-ministro das finanças do governo Syriza, tão explicitamente declarou.

A construção de amplos partidos operários depende, portanto, da força da classe trabalhadora e da acção organizada daqueles que entendem essa necessidade: os revolucionários organizados.

### A ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E O INTERNACIONALISMO

Por fim, é necessário fazer uma breve nota sobre o internacionalismo proletário.

Todas as organizações internacionais da classe trabalhadora foram fundadas por revolucionários. A Primeira, a Segunda e a Terceira Internacionais não foram excepção. Pode dizer-se, aliás, que um dos sinais mais claros de abandono de uma perspectiva revolucionária é o abandono do internacionalismo. Não foi por acaso que, após a degeneração burocrática da URSS e de todos os partidos comunistas estar completa, Stalin procedeu à dissolução da Comintern. Desde aí, nunca mais a classe trabalhadora teve uma coordenação internacional ao nível da Internacional fundada por Lenin e Trotsky<sup>2</sup>.

Hoje, mais do que nunca, a articulação dos revolucionários a nível internacional é indispensável à vitória do socialismo. Eis a razão pela qual a construção de uma ferramenta tão internacional como o capital, e capaz de fazer-lhe frente em todos os países, é levada a cabo pelo Comité por uma Internacional dos Trabalhadores.

<sup>2</sup> A tentativa de formação de uma Quarta Internacional, lançada pela Oposição de Esquerda (trotskista), por vários motivos que aqui não podemos tratar, fracassou.

# JORNADAS DE JULHO: AS CONTRADIÇÕES APROFUNDAM-SE

ESTE É O QUARTO DE UMA SÉRIE DE ARTIGOS QUE “A CENTELHA” IRÁ PUBLICAR AO LONGO DESTA ANO SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

João Reberti

A conferência bolchevique de Abril de 1917 depurou as ideias mencheviques do que deveria ser o corpo teórico-programático de um partido marxista. Com a palavra de ordem “Paz, Pão e Terra” os bolcheviques passaram a encarar a revolução iniciada em Fevereiro como um processo ainda não terminado. Para garantir a sobrevivência dos direitos conquistados e para responder aos problemas imediatos da grande maioria da população seria necessário declarar a paz unilateralmente, sem anexações, respeitando o direito à auto-determinação dos povos subjulgados pelo antigo Império Russo; seria preciso expropriar os grandes capitalistas e usurários que lucravam, financeira e politicamente, com a instabilidade política e económica para resolver o problema da fome e da carência; por fim, seria necessário efectuar uma reforma agrária que servisse os interesses da maioria dos camponeses e trabalhadores urbanos, e que expropriasse os grandes latifundiários.

Contudo, sabemos bem que não basta ter o programa correcto, é necessário que este impregne a consciência das massas.

## CONGRESSO DOS SOVIETES DE TODA A RÚSSIA

O 1º Congresso dos Sovietes de toda a Rússia deu-se em Petrogrado (São Petersburgo, actualmente) entre 3 e 24 de Junho do antigo calendário juliano. A maioria desse congresso, representando 20 milhões de soldados e trabalhadores através de 820 delegados, era dos partidos Menchevique<sup>1</sup> e

1 Os mencheviques eram uma organização com centenas de milhares de militantes operários mas com uma direcção da pequena-burguesia urbana e, por isso, as suas posições eram oportunistas, reflectindo essencialmente os interesses dessa cúpula.

Socialista Revolucionário<sup>2</sup>. Os bolcheviques e seus aliados atingiam somente um quinto da votação. No entanto, não hesitaram em aproveitar este momento para denunciar a política da maioria que integrava e apoiava um governo provisório formado também por monárquicos, republicanos e capitalistas. A jornada de 8 horas de trabalho, necessária para possibilitar a maior participação política possível, assim como melhor qualidade de vidas dos trabalhadores, não foi ratificada pela maioria. O direito à auto-determinação, apesar de ratificado, foi adiado na prática até ao 2º Congresso, em Novembro, de maioria bolchevique.

Todavia, a questão central do debate do Congresso foi a do poder: porque não queria a maioria do congresso um governo composto somente por socialistas?

Ao mesmo tempo que denunciavam a política da maioria oportunista, os bolcheviques procuravam organizar uma manifestação contra a ofensiva militar que estava a ser planeada e contra os ataques aos direitos democráticos dos soldados. Os socialistas-revolucionários e os mencheviques proibiram esta manifestação e convocaram uma outra, uma semana mais tarde, de apoio ao governo provisório. O erro da sua análise foi evidenciado pelas palavras de ordem bolcheviques levadas pelos soldados e trabalhadores à manifestação que se queria de apoio ao governo. Estas palavras tornavam clara a oposição ao governo: “Abaixo os 10 ministros capitalistas”, “Fim à ofensiva militar” e “Todo o poder aos soviets”.

2 O Partido Socialista Revolucionário era a maior organização de esquerda da Rússia, com vastas bases camponesas, ou seja, com uma composição de classe heterogénea — compreendia pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, rendeiros e arrendatários de terra. Note-se que este partido não tem qualquer relação política ou histórica com o Socialismo Revolucionário — secção portuguesa do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores.

Esta contradição entre bases e direcção fazia-se sentir acentuadamente em Petrogrado, centro da actividade política e revolucionária nesse período. As bases que haviam eleito os “socialistas” oportunistas sentiam-se cada vez mais traídas por essas direcções. Os socialistas-revolucionários e os mencheviques apoiavam a continuação da guerra, o dito defensismo revolucionário, enquanto os bolcheviques apelavam à transferência do poder para os órgãos dos trabalhadores, soldados e camponeses.

Esta contradição teria pois que chegar a uma síntese: ou bem que esses dirigentes representavam a vontade das bases ou bem que estas rompiam com os primeiros.

## JORNADAS DE JULHO, REVOLUÇÃO OU INSURREIÇÃO

Os camponeses começavam a perder a confiança no governo provisório. Este prometia a redistribuição da terra mas os seus próprios funcionários revertiam processos de expropriação de terras para as devolver aos latifundiários. Na frente de batalha, e também em “casa”, os soldados que exigiam o fim da guerra viam-se defraudados. Entretanto capitalistas e latifundiários orquestravam a sabotagem da economia russa através de lockouts e especulação.

Poder-se-á dizer que em Petrogrado se decidia o dia-a-dia da revolução, com soviets cada vez mais radicalizados. Todavia, não podemos encarar o processo unilateralmente, como veremos nas jornadas de Julho. Não basta garantir a tomada de poder na capital, é necessário que haja condições no resto do país que tornem possível a sua defesa. As manifestações de Junho tinham demonstrado o domínio bolchevique em Petrogrado mas o mesmo não se passava no resto da Rússia. Milhões de soldados e camponeses mantinham a sua confiança nos líderes reformistas. Era preciso que as massas



tirassem as suas próprias conclusões quanto aos oportunistas socialistas-revolucionários e mencheviques.

Um dos eventos que contribuiu para a descredibilização destes oportunistas foi a ofensiva falhada de Junho na Galícia (actual Ucrânia). Dezenas de milhares de mortos, centenas de milhares de baixas e outros milhares de deserções. A vanguarda do exército jurava fidelidade aos soviets e deles esperava não ser mobilizada para a frente de guerra. Por isso os lacaios da burguesia procuravam virar os soldados da frente contra os soldados que defendiam a revolução em “casa”. Um desses destacamentos, algo equivalente aos fuzileiros, estava programado para deixar Petrogrado e seguir para a frente de batalha.

No dia 2 de Julho os Cadetes<sup>3</sup> abandonaram o governo provisório definitivamente. Usando como pretexto as tímidas concessões aos nacionalistas ucranianos, os cadetes resolveram romper com o acordo para que os “socialistas” tivessem que lidar sozinhos com o desastre militar. Assim que souberam da ruptura, os fuzileiros apressaram-se a ir às fábricas de Petrogrado para apelar a uma manifestação armada. O objectivo era simples: constituir um governo dos soviets.

Nas assembleias que se seguiram o ambiente era favorável à manifestação. Os tra-

3 Partido dos democratas constitucionistas. O seu nome oficial era Partido da Liberdade do Povo e era composto de liberais que pertenciam às classes abastadas.

balhadores ansiavam por uma resolução da situação de duplo poder. Ainda que considerando a iniciativa precoce, tendo como possível desfecho a deflagração de um confronto armado com a vitória militar da reacção, os bolcheviques entenderam que não poderiam senão participar nela, procurando dar a direcção política correcta a este movimento espontâneo.

Os “marxistas nem sempre podem escolher o terreno em que lutam”. Quando os trabalhadores se sentem compelidos a agir independentemente dos seus líderes e dirigentes, o partido revolucionário deve procurar a melhor táctica possível na conjuntura dada para permitir não só o menor prejuízo para o movimento mas também a possibilidade de as massas subtraírem da experiência as conclusões políticas necessárias.

Milhares de trabalhadores, soldados e marinheiros marcharam rumo ao palácio de Tauride — sede do governo provisório e do soviets de petrogrado — enquanto as forças contra-revolucionárias procuravam despoletar um conflito armado que iniciasse a guerra civil, pois sabiam ser prematura qualquer iniciativa de insurreição por parte dos trabalhadores. Houve dezenas de manifestantes mortos e feridos à mão de atiradores furtivos, mas os manifestantes chegaram ao palácio e lograram reunir-se com o governo provisório. Não tinham mais a exigir além do poder para os soviets. Segundo o relato de Miliukov, dirigente dos cadetes, um trabalhador enfurecido gritou a um dos ministros “socialistas”: “Toma o poder quando to-

ção, seu filho da puta!”

Evidentemente o governo não ficou sem organizar a sua defesa. Além dos atiradores furtivos e dos agentes provocadores que espalhou pelo percurso da manifestação, esperava a chegada de um contingente leal, liderado por um conhecido menchevique, para o “salvar” dos trabalhadores. Depois de mais escaramuças, a manifestação foi derrotada. O período que se seguiu foi de desmoralização e confusão. A contra-revolução fortaleceu-se tal como os bolcheviques haviam previsto.

O mês seguinte ficou conhecido como “O mês da grande calúnia”, em que inúmeras mentiras foram vociferadas contra os bolcheviques e contra Lenin especialmente. O líder bolchevique teve que se exilar na Finlândia e inúmeros dirigentes regressaram à clandestinidade dos tempos do czarismo. Foram acusados de organizar um levantamento insurreccional apesar de o contrário ter acontecido: os bolcheviques procuraram acalmar os ânimos dos manifestantes, sabendo que o momento não era o correcto para a sublevação. No entanto, esta contra-propaganda teve como inesperada consequência a ampla divulgação desse pequeno partido e, consequentemente, das suas ideias, o que contribuiu para a sua popularização para lá de Petrogrado.

Podemos dizer que em Julho os trabalhadores e soldados de Petrogrado tentaram forçar os mencheviques e o socialistas-revolucionários a tomar o poder de forma pacífica. Os oportunistas não o souberam fazer. A única conclusão possível, após estes “socialistas” se terem recusado a transferir o poder para os soviets, era de que o seu cargo deveria ser revogado. De um recuo, os bolcheviques conseguiram obter uma vitória, conquistando a lealdade das massas e ganhando autoridade junto delas.

A tomada do poder, no entanto, não é a tarefa mais difícil, como comprova Outubro e as poucas mortes resultantes dessa insurreição. O problema, como mais tarde ficou claro para todos, reside em manter o poder sob ataque da contra-revolução. A Comuna de Paris, quase meio século antes, demonstrara-o com o sangue de milhares de *communards*.



Oposição ataca a sede do Tribunal Supremo de Justiça em Caracas. Foto de AFP/Getty Images

**Bruno Penha e Gonçalo Romeiro**

## OS PRIMEIROS ATAQUES DA BURGUESIA À REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Desde os tempos de governação de Hugo Chávez que a burguesia venezuelana, com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da oposição ao governo, direita neoliberal, agrupada desde 2008 numa coligação denominada *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), tem tentado por todos os meios parar a Revolução Bolivariana.

Em Abril de 2002 tentou um golpe de estado contra o governo Bolivariano que saiu frustrado devido ao apoio a Chávez demonstrado por milhões de venezuelanos que saíram à rua. Em Novembro desse mesmo ano a burguesia volta à carga, parando a produção da *Petróleos de Venezuela, S.A.* (PDVSA), a maior companhia do país, que gerava 99% dos rendimentos do país em divisas estrangeiras, durante quase 2 meses por meio de actos de sabotagem e greves, exigindo a demissão de Chávez. Apesar da sua curta duração, esta sabotagem económica ao país fez aumentar a pobreza de 39% em 2001 para 55,1% em 2003, a inflação

de 12,1% em 2001 para 31,2% em 2002 e o PIB cair em 27%. Foram os próprios trabalhadores Chavistas que apreenderam as instalações, recomeçando a produção. Chávez despediu os elementos reaccionários da empresa que, agora sob o seu controlo, pode ser usada para financiar as suas *Misiones*. Após estas derrotas a burguesia não mais se atreveu a tentar algo tão arrojado - até recentemente. A morte de Chávez e a pequena margem (apenas 1,5% dos votos) com que Nicolás Maduro ganhou a eleição presidencial venezuelana em Abril de 2013 veio dar novas esperanças à burguesia de conseguir acabar com a Revolução Bolivariana. Tal como em 2002, atacam o governo bolivariano quer economicamente - inflacionando preços, impedindo os bens de consumo de chegarem aos trabalhadores venezuelanos e pedindo que outros governos imponham sanções ao próprio país - quer politicamente - incitando a protestos violentos e a um golpe de Estado do exército.

### A NOVA GUERRA ECONÓMICA E AS MEDIDAS DO GOVERNO.

A economia venezuelana tem vindo a ser manipulada de maneira a provocar agitação social e desestabilização política. A

ferramenta de eleição é a manipulação da taxa de câmbio no mercado negro paralelo, que é publicada em sites e redes sociais com valores que não correspondem a qualquer variável económica associada, como reservas internacionais e liquidez monetária. Os grandes monopólios usam estes valores como referência para converter o valor do bem importado de dólares em bolívares, aumentando a inflação, que supera neste momento os 700% (3000% no caso de alimentos). Estes mesmos monopólios, que dominam os mercados de alguns bens, acumulam-nos em armazéns, impedindo que cheguem aos consumidores e causando falsa escassez em produtos de necessidade essencial. A indústria farmacêutica é um exemplo flagrante: apesar da escassez de medicamentos ter vindo a aumentar entre 2013 e 2016 (40%, 60%, 70% e 85%), os níveis de importações mantiveram-se constantes, tendo mesmo o governo actualizado regularmente o preço das importações que subsidia face à inflação, como o faz com outros bens essenciais. Deste modo, o Estado tem gasto milhares de milhões a mais nas importações de grandes empresas privadas de fornecimento através de funcionários corruptos.

As medidas que o governo tem tomado para combater esta guerra têm sido, quando

muito, paliativos e incapazes de conseguir resolver a situação, sendo por vezes contraproducentes. Chávez apelou para que se lutasse contra a corrupção - vários altos funcionários têm sido denunciados e em alguns casos até mesmo detidos, mas a maioria fugiu impunemente e existem inúmeras alegações de corrupção por funcionários de instituições públicas e empresas, comités de bairro, camponeses, contra altos funcionários e militares que permanecem nos seus empregos ou são mesmo recompensados com promoções. De modo a lutar contra a escassez de comida o governo inaugurou Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAPs) por todo o país, que distribuem comida aos trabalhadores a preços acessíveis, mas cuja organização foi decidida de uma forma não democrática, com cargos escolhidos a dedo por parte da burocracia, o que tem causado acusações de corrupção.

## PROTESTOS VIOLENTOS E A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Desde o princípio de Abril que protestos quase diários liderados pela MUD se dão nas áreas de Caracas, onde esta tem mais apoiantes. Estes manifestantes não se limitam a confrontar a Guarda Nacional, mas organizam ataques a edifícios públicos e instalações militares, queimam armazéns de comida e agridem e matam transeuntes, tendo já feito dezenas de vítimas. O objectivo é claro: levar a opinião pública a acreditar numa situação de guerra civil capaz de exigir a intervenção de organismos imperialistas internacionais como a Organização das Nações Unidas ou a Organização dos Estados Americanos. Esperam que a pressão diplomática e as sanções internacionais possam provocar uma mudança na correlação de forças dentro da alta hierarquia do exército que, até agora, as mobilizações de rua e os apelos à greve não alcançaram.

Maduro respondeu aos protestos com a convocatória a 1 de Maio de uma Assembleia Constituinte “para alcançar a paz que necessita a República (...) derrotar o golpe fascista”. Com o cinismo que os caracteriza, a burguesia que organizou o golpe de Abril

de 2002 fala agora de “golpe de Estado” e “ditadura”, derramando lágrimas de crocodilo pela “ameaça às liberdades” na Venezuela. A virulência com que a MUD e os porta-vozes do imperialismo rejeitaram a convocatória da Constituinte não é casual. O seu objectivo é derrubar o mais rapidamente possível Maduro, e aplicar planos selvagens de privatização, ataques contra os trabalhadores e o povo e dismantlar todas as medidas progressistas aplicadas pelos governos de Chávez, cumprindo assim exigências antigas dos seus amos - o FMI e as multinacionais imperialistas.

## MEDIDAS BONAPARTISTAS DO ESTADO NÃO SÃO A SOLUÇÃO!

Perante estes ataques da burguesia o governo de Nicolás Maduro não está a aplicar políticas socialistas, muito pelo contrário. Uma década volvida desde a criação do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), que tinha por objectivo unir as várias facções de esquerda, e este é comandado por burocratas, enquanto os movimentos sociais que apoiam a revolução bolivariana continuam de fora. No último ano e meio tem havido uma série de acções do governo que têm reforçado o carácter bonapartista do Estado, como a paralisação das eleições de conselhos comunitários e de diferentes sindicatos como por exemplo o FUTPV (PDVSA) e o SUTISS (Sidor), entre outros. As regras propostas para a re-legalização dos partidos políticos, mais restritivas, poderiam deixar de fora o registo legal do Partido Comunista e outras forças do chavismo críticas em relação às políticas governamentais. Em geral, há um aumento da tendência para descreditar e reprimir aqueles que apresentam diferenças críticas e à esquerda.

Outras expressões desta viragem à direita são o pagamento pontual de dívida externa aos banqueiros enquanto se corta nos fundos destinados à importação de alimentos para o povo, a abertura da Cintura Petrolífera de Orinoco às empresas mistas e a criação da COMINPEG (um consórcio que coloca directamente nas mãos do Estado Maior do exército a exploração de vários recursos minerais e a possibilidade de chegar a acordos, à margem do controlo da Presidência,

com empresas privadas) ou do *Arco Minero* (que abre 12% do território venezuelano à exploração dos recursos minerais do país pelas grandes multinacionais do sector, incluindo empresas como a *Gold Reserve*, expulsa por Chávez da Venezuela). Mais recentemente, assistimos à *Expo Potencia*, onde se voltou a entregar milhões de dólares aos empresários e se cedeu a várias das suas exigências.

## APENAS POLÍTICAS SOCIALISTAS PODERÃO SALVAR A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

A convocatória da Assembleia Constituinte pelo governo bolivariano não constitui nenhuma medida revolucionária. Não está unida a nenhum plano para colocar as fábricas, a terra ou os bancos sob a administração directa e democrática das classes trabalhadoras. Pelo contrário. O objectivo da Constituinte e das demais medidas políticas e económicas que o governo apresentou é reforçar o aparelho de Estado, que continua a ser burguês, e os acordos já mencionados com distintos sectores da burguesia nacional e internacional. Isto é algo que deve ser rejeitado por todos os que lutam para acabar com o capitalismo e fazer da sociedade socialista uma realidade.

Somente se o governo bolivariano aplicar políticas genuinamente socialistas, permitindo que a classe trabalhadora e o povo tivessem realmente a iniciativa e o poder nas suas mãos, acabando com a corrupção e a sabotagem dos capitalistas e da própria burocracia alojada à frente do Estado, será possível derrotar os planos contra-revolucionários e salvar a revolução bolivariana da derrota ou da degeneração burocrática. Os parasitas burgueses da MUD não podem oferecer nenhuma alternativa ao povo trabalhador, o seu programa representa o mesmo pesadelo que vemos sob os governos de Temer no Brasil ou Macri na Argentina. Só o povo salva o povo. Só a unidade dos jovens, camponeses, trabalhadores e soldados revolucionários para lutar por uma programa socialista e internacionalista, que coloque todo o poder político e económico nas mãos da classe trabalhadora, pode evitar a derrota trágica da revolução Bolivariana.

# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.10 JUL / AGO '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00



Sindicato de Estudiantes do Estado Espanhol na manifestação durante a greve geral estudenti, 14 de Abril de 2016

## PELA ABOLIÇÃO DAS PROPINAS!

*Jorge Branco*

**E**m 2017, o valor das propinas é o mais alto desde a queda do fascismo. Atualmente nos 1067 euros, só não se verificou uma subida no último ano devido ao voto do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista em favor do congelamento do valor das propinas, cujo valor máximo é atualizado segundo a média anual de inflação do ano anterior.

Temos assistido a reduções sucessivas no orçamento para educação, que se vai tornando cada vez mais insuficiente para permitir um funcionamento com qualidade das instituições de ensino e que vá de encontro às necessidades e interesses dos estudantes, professores e docentes: menos 169,5 milhões de euros em 2017 face ao ano passado e um corte de 13% no ano anterior. Está assim explícita a tentativa do Estado de se desresponsabilizar em garantir um

ensino de qualidade e gratuito, o que deixa o caminho aberto aos privados para assumir essa responsabilidade e mercantilizar o sector: o Estado gasta menos, o povo paga por um direito e as contas ficam bonitinhas para a folha de excel que será apresentada em Bruxelas.

O pagamento das propinas torna-se uma despesa cada vez mais insuportável para os estudantes, especialmente da classe trabalhadora. Muitos vêem-se obrigados a aceitar trabalhos precários — o que leva a uma acumulação de cansaço e *stress*, comprometendo o seu sucesso escolar — e outros tantos acabam por abandonar temporariamente os estudos.

E o que fazer? Exigir a abolição das propinas! Para o conseguir, é necessário ter os estudantes da classe trabalhadora organizados, conscientes de si mesmos e dos seus interesses. Tal consciência ainda tem de ser construída, e será construída

na luta. O Bloco de Esquerda e o PCP, ambos próximos da comunidade estudentil e defendendo publicamente a abolição das propinas, limitam-se a fazer pressão parlamentar sobre o PS, sem qualquer sucesso. Só a luta pode trazer vitórias, e resta construir uma organização estudentil suficientemente forte para lutar com sucesso pelos interesses e direitos dos estudantes de classe trabalhadora.

Foi para cumprir esta tarefa que os estudantes do Socialismo Revolucionário fundaram o Sindicato de Estudiantes, uma organização que volta a tocar na questão das propinas e a mobilizar estudantes com vista à sua abolição, mas também que se organiza democraticamente e integrando o movimento dos trabalhadores.

A todos os estudantes que querem um ensino gratuito, democrático e de qualidade para todos, deixamos o apelo: junta-te ao Sindicato de Estudiantes!